

Os movimentos de luta pela terra e o Estado: uma análise da CPI do Sistema Fundiário de 1977.

Felipe Fernandes A. Santos

Resumo

O propósito deste trabalho foi estudar as relações estabelecidas entre os movimentos de luta pela terra e o Estado, tendo como ponto de partida a discussão e os encaminhamentos propostos na CPI do Sistema Fundiário de 1977. Entre outras coisas, essa CPI marcou um primeiro momento de institucionalização dos movimentos de luta pela terra, que se fizeram representados dentro do aparato burocrático do Estado

Palavras-chave:

Movimentos sociais; reforma agrária; questão agrária.

Introdução

A relação entre os movimentos de luta pela terra e o Estado que se estabelece no Brasil é marcada não pelas balizas de uma reforma agrária oficial de grande escala e empenhada na supressão dos problemas decorridos da concentração fundiária, mas por uma relação de interdependência onde a comunicação é feita através dos protestos e das ocupações de terra pelos movimentos sociais. O status atual dos movimentos sociais, apesar sabida violência que media o processo de ocupação e assentamento de terras, é de no mínimo um parceiro de interação. Os procedimentos de assentamento ocorrem dentro e não paralelamente ao Estado, sendo criação do MST um dos pontos fundamentais na conformação dessa relação interdependente. Porém, nem sempre foi assim e a CPI de 1977 é um momento de inflexão no processo de entrada dos movimentos sociais no aparato burocrático do Estado.

Em 1977, em pleno governo Geisel, é aberta uma CPI para discutir os problemas do sistema fundiário brasileiro. Os resultados dos trabalhos da CPI se condensam na transcrição de 63 depoimentos de pessoas pertencentes a diversos setores relacionados ao conflito rural brasileiro: padres católicos da Comissão Pastoral da Terra, presidentes de associações do empresariado rural e quadros importantes da ditadura militar. Entre as principais pautas discutidas estavam a aquisição ilegal de terras por parte de grileiros, as atribuições e limitações do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a concentração fundiária e os modos de superá-la.

A CPI marca um ponto importante de um processo que vinha acontecendo há algum tempo: a intensificação dos conflitos rurais, as ocupações, o problema dos sem-terra e da concentração fundiária se intensificavam, o Estado foi forçado a se atentar ao fato. Nessa linha, é redigido o Estatuto da Terra em 1964, é criado o INCRA em 1970 e também é aberta a CPI em 1977. O problema do campo é finalmente reconhecido de fato como um “problema” a ser enfrentado pelo Estado, por mais que a maneira de enfrenta-lo seja diversa a depender dos interesses dos autores envolvidos.

Resultados e Discussão

A pesquisa procurou a todo o momento mapear os interesses envolvidos na disputa sobre o diagnóstico do problema do sistema fundiário brasileiro. Dada a pluralidade dos autores envolvidos na CPI, também foram diversos os encaminhamentos propostos para a solução dos problemas do campo, variando entre a defesa de uma reforma agrária ampla e guiada firmemente pelo Estado, até a defesa da privatização do projeto de reforma agrária e colonização. Não conseguimos fazer nesta pesquisa uma discussão profunda à respeito dos efeitos práticos posteriores das resoluções retiradas na CPI, mas podemos dizer que a forma com que a discussão sobre concentração fundiária e reforma agrária mudou consideravelmente após o término dos trabalhos realizados durante a CPI. Entre as principais mudanças, destacamos a constituição do MST e a relação de interdependência entre Estado e movimentos sociais que se estabeleceu no Brasil.

Conclusões

A pesquisa concluiu que as interações entre os movimentos sociais e o Estado no contexto da CPI de 1977 deram margem à posterior institucionalização dos movimentos de luta pela terra no Brasil, muito marcada pela criação do MST em 1984. Foram estabelecidos pontos de mediação entre o Estado e os movimentos de luta pela terra, destacando-se a atuação da Comissão Pastoral da Terra como importante ator do processo de mediação.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas, ao Instituto de Filosofia e Ciências humanas e ao CNPq, por oferecerem todo o suporte necessário para a realização deste trabalho.